

UMA NOTA SOBRE O PENSAMENTO DE AMARO CAVALCANTI

Suzana Cristina Fernandes¹

RESUMO

Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo que investiga o pensamento industrialista de Amaro Cavalcanti, que encontra-se diluído nas muitas obras econômicas e discursos políticos de sua autoria. O objetivo desse estudo é resgatar as manifestações do pensamento industrial do final do Império e início da República, sustentado em argumentos de ordem nacionalista, através das idéias manifestas de um dos grandes representantes dessa corrente, que é Amaro Cavalcanti. Neste contexto, este artigo representa um estágio inicial da pesquisa, privilegiando algumas das primeiras obras econômicas do autor e procurando esboçar algumas notas preliminares das idéias e reivindicações industrialistas contidas no seu pensamento, destacando alguns dos argumentos em que se baseava para firmar sua luta a favor da industrialização.

I - INTRODUÇÃO

O pensamento nacionalista já se encontra no Brasil desde o início do século XIX, mas é a partir da década de 1840 que se faz mais presente nos movimentos industrialistas, pleiteando uma política de proteção alfandegária capaz de salvaguardar a independência econômica da nação. No entanto, foi a crise do último quartel do século XIX, que ao agravar a instabilidade econômica da nação, tornou o clima mais propício às

¹ Mestranda de História Econômica - Instituto de Economia da UNICAMP

manifestações nacionalistas e ao desenvolvimento mais acentuado de tendências protecionistas e intervencionistas do fim do século.²

Apesar da existência de grandes nomes ligados a defesa da indústria, até o último quartel do século XIX, não existia ainda um movimento coletivo em favor da industrialização do país, apenas alguns indivíduos mais lúcidos, tentando despertar a nação para a importância do desenvolvimento industrial no progresso econômico do país³. Somente a partir de 1880 a afirmação do pensamento industrial tomou solidez com a constituição da Associação Industrial, dirigida por Felício dos Santos, criada para suprir a urgência de uma política favorável à indústria nacional e, em consequência, enfrentando os interesses das oligarquias rurais. As idéias de Felício dos Santos de defesa da indústria ampliaram-se muito, sendo defendidas por nomes ilustres como: *Serzedelo Corrêa, Jorge Street, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Américo Werneck, Vieira Souto, Amaro Cavalcanti e muitos outros*, que tornaram-se os responsáveis pelo revigoramento das reivindicações nacionalistas no final do Império, abrindo uma nova etapa do pensamento nacional nas primeiras décadas da República, formando o que Edgar Carone chama de *a primeira geração de industrialistas*.⁴

Assim, no início do século XX Amaro Cavalcanti, juntamente com outros nomes eminentes, destaca-se em meio a essa uma mentalidade industrial em formação, travando um debate, dentro do mais alto nível cultural, com aqueles que defendiam as práticas do livre-cambismo.

Neste sentido, esperamos, através da obra de Amaro Cavalcanti, resgatar um pouco do debate da época.

² Nícia V. Luz. *A luta pela industrialização do Brasil*, p. 50-66.

³ *Ibidem*, p. 49.

⁴ Edgard Carone. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*, p. 6.

I – Quem era Amaro Cavalcanti?

Amaro Cavalcanti nasceu em 1848 no Rio Grande do Norte⁵. Ingressou na política durante o Império, tendo exercido vários cargos de prestígio. Escreveu várias obras importantes, onde abordou fatos históricos, questões ligadas as áreas jurídica, religiosa e educacional e ao pensamento econômico e financeiro.

Suas idéias econômicas e financeiras encontram-se expressas nas seguintes obras: *Finances du Brésil*, 1890; *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, 1890; *Reforma Monetária*, 1891; *Política e Finanças*, 1892; *O meio circulante nacional*, 1893; *Elementos de Finanças*, 1896; *Tributação Constitucional*, 1896; *Taxas Protetoras nas Tarifas Aduaneiras*, 1903; *Trabalhos na Terceira Conferência Internacional Americana*, 1906; *Conferências financeiras Pan-Americana*, 1915; *Natureza e Forças Econômicas do Rio Grande do Norte*, 1916.

Amaro Cavalcanti viveu intensamente os problemas brasileiros, preocupado com o desenvolvimento nacional e com a independência econômica na nação. Seu nacionalismo era representado nas suas atitudes em relação a defesa das fontes produtoras de riqueza. Foi ele um autêntico representante do entusiasmo republicano, um industrialista

⁵ Amaro Cavalcanti nasceu no Rio Grande Norte, em 15 de outubro de 1848. Formou-se no curso de humanidades. Em 1872 ocupou a cadeira de Latim do Colégio Baturité (Ceará), dedicando-se também à advocacia e aos problemas educacionais. Publicou em 1874 a obra: *A Religião* e em 1875, *Polêmica Religiosa*, ambas sobre educação. Foi para os Estados Unidos comissionado pelo governo cearense para estudar o sistema de instrução elementar, onde graduou-se em 1881 na Escola de Direito da Union University em Albany (N.Y.). Por sua atuação exemplar no curso recebeu o título “Counsellor at Law”, que lhe dava o direito de exercer a profissão jurídica em todo o território dos Estados Unidos, sendo o primeiro brasileiro a gozar deste direito. De volta ao Brasil foi designado Diretor-Geral da Instrução Pública do Ceará em outubro de 1881. Exerceu cargo de Diretor do Liceu de Humanidades no Ceará, foi nomeado professor de Latim do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Ingressou na política durante o Império, exercendo altos cargos políticos. Foi Deputado à Assembléia Geral durante o Império, senador na Constituinte Republicana e na Primeira Legislatura e deputado na Terceira. Foi nomeado Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao governo do Paraguai, em 1894, Ministro da Justiça do Presidente Prudente de Moraes em 1897 e 1898, Consultor Jurídico do Ministério do Exterior no período de 1898 a 1906, ministro do Supremo Tribunal Federal de 1906 a 1914, delegado do Brasil na Conferência Pan-Americana, reunida em Washington em 1915, prefeito do Distrito Federal em 1917 e 1918, representante do Brasil no Tribunal Arbitral de Haia, em 1918, e Ministro da Fazenda e Interino da Justiça em 1918 e 1919. Faleceu em 28 de janeiro de 1922. Conforme: Dorival

que buscava não apenas o desenvolvimento industrial, mas de toda a produção nacional, com o objetivo de reerguer economicamente o Brasil ao nível dos Estados Unidos.

II - O Pensamento de Amaro Cavalcanti

a) Quanto à indústria

Amaro Cavalcanti ao tratar das questões econômicas e financeiras do Brasil, teve sempre como parâmetro de comparação os Estados Unidos da América, que para ele representava o verdadeiro padrão de progresso. Lastimava o fato do Brasil, sendo possuidor de tão vastos recursos naturais, com "*condições geográficas e históricas idênticas aos dos Estado Unidos*", de acordo com suas palavras, estar ainda num estágio tão atrasado de desenvolvimento quando comparado a este. Neste sentido, condenava o fato de que o Brasil mesmo sendo o possuidor de condições favoráveis e uma imensa riqueza natural, chegar ao final do século XIX, com uma estrutura econômica arcaica e incipiente, com uma produção insuficiente e uma indústria mal desenvolvida, enfim, como um país economicamente atrasado, longe de alcançar o nível de progresso atingido até então pelos Estados Unidos.

O que mais preocupava Cavalcanti neste quadro, era a dependência crescente do país frente as outras nações em quase todos os bens manufaturados que necessitava. Isto fica claro quando diz: "*vivemos hoje, como nos tempos coloniaes, a importar do*

*extrangeiro quasi absolutamente tudo o que consumimos, não obstante podermos sabidamente havel-o, ao menos em grande parte, da produção nacional”.*⁶

Segundo Cavalcanti, a causa dessa situação de inferioridade do Brasil devia-se, em última instância, à falta de uma boa administração e ao baixo interesse de nossas classes dirigentes em formar as bases para a produção de riqueza no país, estando mais preocupados com os *"interesses mesquinhos da política"* do que com o engrandecimento da pátria. Portanto, dizia que era preciso por fim a *politicagem* vigente no país e dessa forma desenvolver os elementos de riqueza nacional.

A única forma eficaz, capaz de garantir esse engrandecimento econômico, para Cavalcanti, era criar ou aumentar os elementos e os meios de prosperidade, ou seja, tornar os serviços e as explorações industriais fontes produtivas de receita, como ocorria em outros países, como a Alemanha, por exemplo, sem o qual não poderá o país alcançar prestígio entre as demais nações.⁷

Para Amaro Cavalcanti a produção de riqueza própria era condição imprescindível para a felicidade da nação, pois segundo ele *"nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz nas suas relações, seja de ordem interna, seja de ordem externa, sem a condição essencial de possuir riqueza sua propria, ao menos sufficiente para occorrer ás necessidades normaes do Estado e das diversas classes da sociedade."*⁸

Neste contexto, dizia que enquanto a produção nacional fosse insuficiente para as necessidades e bem estar dos indivíduos e da sociedade, *"a somma da receita publica sel-o, igualmente, (insuficiente) para a despeza do Estado, a despeito de qualquer manejo ou expedientes fiscaes, para apparentar , em epoca dada, uma situação satisfactoria."*⁹

⁶ A. Cavalcanti, *A vida economica e financeiro do Brasil*.1, p. 12

⁷ A. Cavalcanti. *Resenha financeira do ex-império do Brasil*, p. 12

⁸ A. Cavalcanti. *A vida economica e financeira do Brasil*, p. 13

⁹ A. Cavalcanti. *Resenha financeira do ex-império do Brasil*,.p. 180-181

Assim, o problema centrava-se no fato do Brasil não ter conseguido até então, criar fontes realmente rentáveis de riqueza que fossem capazes de se multiplicar em abundância, e isso, segundo Cavalcanti, devia-se ao fato de que o país não tinha alcançado a condição fundamental para isso, que é a formação de um parque industrial. Assim sendo diz: "*o verdadeiro progresso econômico de um povo há de ser procurado nos seus recursos ou melhoramentos industriais*". E ele acrescenta ainda: "*o progresso estável e contínuo de um povo só pode resultar da aplicação do trabalho, de mais a mais inteligente e aperfeiçoado, criando cada dia novos produtos industriais, e alargando a esfera de sua ação produtiva sobre novos elementos existentes ou adquiridos.*"¹⁰

Além disso, Cavalcanti acrescentava que a indústria é uma causadora potencial de prosperidade para um país, por ser *a única capaz de fortalecer seu comércio internacional*, por permitir a contração das importações, com o aumento da produção interna, por facilitar a exportação de produtos mais rentáveis que os agrícolas e, além disso, por permitir no final das contas, um saldo favorável na balança de comércio.

Desta forma, o problema brasileiro, no pensamento de Cavalcanti poderia ser resumido ao fato de que, ao longo de sua história, nunca foi capaz de criar essas fontes de riqueza, "*nunca os nossos governos souberam ou puderam descobrir ou criar fontes de rendas, que fossem bastante para satisfazer o movimento das despesas públicas*".¹¹

Segundo Cavalcanti, os interesses políticos seriam um dos fortes empecilhos a criação de fontes de rendas realmente significativas no país. Isto fica claro quando coloca que:

"A causa desse grande infortúnio, segundo o nosso juízo, deve ser principalmente procurada nesse conducta, sempre identica, dos nossos governantes e directores da politica, seja no Império, seja na República, dando

¹⁰ A. Cavalcanti. *Resenha financeira do ex-império do Brasil.*, p.107 e 259

¹¹ *Ibidem*, p. 180

preferência, em regra geral, aos interesses partidários e às posições e gosos consequentes, em vez de atender às vantagens reais do povo e da nação."¹²

b) Quanto à agricultura

Apesar de situar a agricultura como uma das forças produtoras do país, Amaro Cavalcanti a colocava em um plano secundário ao eleger a indústria com a atividade condutora de progresso para a economia nacional.

Para ele, a agricultura não é uma fonte segura de progresso para um país, pois está sempre sujeita a alguns infortúnios, entre os quais: uma produtividade irregular e suscetível a imprevistos pois, de um modo geral, é vulnerável aos efeitos das alterações climáticas que não se pode controlar, além de apresentar um alto custo de produção devido, em grande parte, ao pagamento de salários. Desta forma, os países com uma estrutura econômica baseada na agricultura, mesmo que possuam uma diversidade de produtos agrícolas e condições de solo extremamente favoráveis, estarão, de acordo com seu pensamento, condenados ao subdesenvolvimento, ou seja, *os povos agricultores ficarão sempre na dependência dos produtos industriais* e, portanto, dependentes de países de economias industrializadas. A saída para estes países está na diversificação da estrutura econômica, na industrialização.

Decorre desse pensamento, as críticas que fez às políticas do governo de defesa à lavoura adotadas no final do Império. Para Cavalcanti, estas políticas não eram eficazes por estimularem uma certa acomodação nos agricultores frente a esta situação protetora, que representavam os recursos fáceis, neste sentido nada serviam como estímulo ao crescimento da produção. Em suas palavras:

¹² A. Cavalcanti. *A vida economia e financeira do Brasil*, p. 25

*"Entre nós, o systema de auxílios à lavoura foi, incontestavelmente, pessimo: - despertando nos agricultores a esperança de obter recursos amplos e fáceis sem ser o resultado de seus esforços pessoais, muitos deles deixaram logo de cogitar de outros meios, ainda possíveis às próprias forças, para tudo esperar das arcas do Thesouro."*¹³

Além disso, acrescentava *"não obstante os grandes sacrifícios do tesouro público"* esta política trouxe na realidade, vantagens para os bancos intermediários, que foram os que lucraram com a operação. Desta forma, acreditava que o governo deveria ter se dedicado a propor uma política mais consistente como a fundação do crédito territorial e agrícola, em vez de gastar seus escassos recursos numa produção pouco rentável.¹⁴

c) Quanto à moeda

Amaro Cavalcanti era um nominalista convicto. Demonstra em suas obras grande conhecimento acerca da natureza da moeda. Para ele a moeda é apenas um *medium comum de troca*, portanto, o que importa é o seu valor nominal, aceito pelo *consensus tacito*, independente de seu valor real. Em suas palavras:

"com efeito, procurando-se somente na moeda o que ela é por sua natureza e destino, - um medium comum de troca, - é claro que o valor corrente da mesma fica, antes de tudo, dependente de sua quantidade, isto é, da grande lei econômica da oferta e da procura no mercado; valerá mais e valerá menos, segundo os valores pelos quais deve ser permutada em dadas circunstâncias."

*"e para nós, é tanto mais certo que a moeda pode subsistir, com inteira vantagem de suas funções, sendo um simples intermediário das permutas, desacompanhado da condição de ser ele próprio - um valor real..."*¹⁵

Para Cavalcanti, *"não há quem ignore a excellencia da moeda metallica, a sua necessidade indeclinável para o paíz"*, enquanto a única espécie universalmente aceita nos

¹³A. Cavalcanti. *Resenha financeira do ex-império do Brasil*, p. 50

¹⁴ *Ibidem*, p. 60

compromissos internacionais, mas, para ele não é a carência de circulação metálica o maior obstáculo que tem privado o país de atingir a prosperidade. Um país mesmo sem ter ouro, diz, pode aumentar e desenvolver sua produção por meio do crédito ou da moeda fiduciária e acrescenta que, na verdade, em muitos casos a própria moeda metálica tem sido a causa da decadência de muitos países.

*"Em verdade, é impossível contestar-se que essa suposta qualidade da moeda, - valor real equivalente, tem sido um tropeço à economia nacional de muitos Estados, os quais, muitas vezes, naturalmente ricos de elementos materiais de toda sorte, vêm-se, não obstante, tolhidos no desenvolvimento da sua prosperidade, - à falta de condição para conseguir e conservar uma circulação metálica de maneira permanente."*¹⁶

Cavalcanti sustentava que o meio circulante é desde muito tempo escasso, insuficiente para o movimento econômico e financeiro do país, e por isso, para suprir esta falta muitos países utilizam a moeda fiduciária.

*"É fato sabido, patente, reconhecido, da insuficiência dos metais preciosos para preencher as funções da moeda, segundo as exigências crescentes do mundo atual; não é mais um só país da Europa e da América que não use da moeda fiduciária, ao menos, na razão de 2/3 das suas operações. O fato, não menos importante, - irrecusável, de que os maiores empreendimentos, os mais assinalados sucessos do presente século, quer da ordem social e econômica, quer da ordem política, têm sido realizados mediante os recursos do crédito, e, em geral, pelo uso da moeda fiduciária, propriamente dita".*¹⁷

Diante destas considerações, conclui Cavalcanti: *"na verdade, a julgar do meio circulante monetário, como fator econômico do moderno progresso, não vemos razão sólida que justifique o predomínio da excelência exclusiva do metal para, somente ele, constituir a verdadeira moeda."*¹⁸

¹⁵ A. Cavalcanti. *O meio circulante nacional (1808-1835)*, p. 19-20

¹⁶ *Ibidem*, p. 24

¹⁷ *Ibidem*, p. 26

¹⁸ *Ibidem*, p.10

Para comprovar a eficiência da moeda fiduciária como o meio circulante mais adequado aos países, Cavalcanti apoiava-se no exemplo dos EUA, que depois da guerra da libertação dos escravos recorreu ao sistema de bancos nacionais, e que estes, fundados ao milhares, começaram a *“baratear o dinheiro para todas as industrias, para as mais arrojadas empresas”*, muito embora, não faltasse quem pregasse a inevitável desgraça dessa política.

“No entanto, importa dizer: a experiência de 26 annos já está feita: os bancos nacionaes de emissão excedem alli a dous mil e muitos, e os resultados obtidos teem sido estes: a maior prosperidade industrial e economica, que jámais se vio em povo algum, uma solidez financeira invejável, e a moeda metallica é, desde 1879, o medium circulante legal do paiz.”

“Não é preciso dizer como se operou este ultimo milagre: é facil de ver, que a barateza do dinheiro bancario para todas as industrias trouxe o engrandecimento descommunal da produção, e que esta, exportada para os mercados estrangeiros, fez vir dahi, em troca, a moeda de outros povos.”¹⁹

A situação do Brasil, dizia Cavalcanti, é semelhante, *“nós precisamos hoje de dinheiro, muito dinheiro em movimento para satisfazer os varios reclamos economicos de nossa actuais condições”*. Na sua opinião, o Brasil também deveria deixar de dominar-se pela *cega submissão ao privilégio exclusivo dos metais preciosos*, e guiar-se pelo critério das necessidades do desenvolvimento da indústria e do comércio. Por isso criticava as restrição imposta à faculdade dos bancos emissores, imposta pela legislação de 1860.

Cavalcanti acreditava que a causa do progresso da nação dos Estados Unidos estava na forma como encaminhou as suas questões monetárias, usando o sistema de bancos nacionais, que barateavam o dinheiro para a indústrias do país prosperarem.

Na verdade, Cavalcanti se esqueceu de observar diferenças fundamentais de estrutura econômica entre esses dois países e acreditou que a moeda fosse a causa desse

¹⁹ A. Cavalcanti . *Resenha financeira do ex-império do Brasil*, p. 62

engrandecimento. Desta forma, tinha a convicção de que a resolução da questão monetária era essencial para o bem estar e o progresso da maioria dos povos. E por isso reivindicava:

*"Precisamos de uma reforma radical na legislação monetária internacional, baseada em princípios positivos e conforme as mútuas relações atuais da indústria e comércio, a fim de bem corresponder à atividade industrial e à expansão econômica indefinida de nosso tempo. Precisamos assentar os preceitos da lei interna de cada povo sobre o meio circulante nacional, não dominados na cega submissão ao privilégio exclusivo dos metais preciosos, mas guiados, sobretudo, pelo livre critério das necessidades da indústria e do comércio, que podem e devem desenvolver-se em vista do engrandecimento do próprio país."*²⁰

d) Quanto à intervenção do Estado e o protecionismo:

Ao afirmar que nenhum povo pode desenvolver-se e ser respeitado, se não possuir riqueza própria o bastante para fazer frente às suas despesas e, que a fonte mais próspera de riqueza é a indústria²¹, Amaro Cavalcanti ressaltava a importância de se desenvolver estas forças produtivas do país, no entanto, salientava, para que essas forças possam progredir é preciso que elas sejam protegidas, por isso reclama a proteção do Estado.

Para um país pobre, dizia, de estrutura econômica primária, a única forma de desenvolver a economia é diversificando-a, e isto nunca ocorrerá se não recorrer-se a medidas protecionistas.

Sendo assim, o Estado deveria manter a proteção às indústrias até que estas tornem-se capazes de se consolidar no mercado. Para justificar suas idéias destacava o fato de que o protecionismo foi o responsável pelo desenvolvimento das indústrias alemãs, austríacas e italianas. As formas de protecionismo pleiteadas por Cavalcanti, eram: a elevação das tarifas aduaneiras, emissão fiduciária e concessão de empréstimos direto

²⁰ A. Cavalcanti. *O meio circulante nacional (1808-1835)*, p. 17

feitos pelo Estado às próprias indústrias privadas. No entanto, Cavalcanti lembra que nem sempre, ao longo de nossa história, a indústria pode contar com a devida proteção do Estado, diz ele:

*"Infelizmente, porém, os interesses de ordem economica não puderam sempre predominar ou lograr a melhor atenção e cuidados dos governantes ou dos estadistas mais competentes; sabido como é que o espirito irrequieto da politicagem continuara igualmente a ambaraçar ou a entorpecer a marcha regular dos negocios publicos, ou mesmo a simples execução de medidas já encetadas."*²²

Cavalcanti afirmava que a intervenção do Estado é legitimada desde que seu objeto ou serviço tenha como objetivo precípua atender os interesses gerais da sociedade.

Mesmo considerando que o Estado não seja um bom administrador, assegurava que ele deveria aventurar-se nos campos onde a iniciativa privada não existia, criando novas atividades. Assim, ele coloca da seguinte forma a intervenção do Estado:

"não lhe incumbindo o papel de crear a riqueza directamente, em regra, elle só devia praticar aquellas indústrias, que, embora reconhecidamente indispensáveis ao paíz, deixassem, todavia de existir pela insufficiência dos recursos individuaes. Além destas, em taes circunstâncias, outras há, que, o Estado póde ou deve mesmo exercel-as: são aquellas do interesse immediato de alguns ramos do publico serviço, como por exemplo: a fabricação de moeda, a de instrumentos militares, ou de certas espécies de material bélico, como a polvora, etc; assim como, razões manifesta de ordem, de garantia e de fiscalização lhe dão preferencia para o serviço do Correio, e dos Telegraphos, e não falta quem pense, que assim deveria também ser, a respeito das estradas de ferro em geral." (p. 12)

Cavalcanti chamava a atenção para o fato de que as riquezas do país foram frequentemente desperdiçadas em gastos inúteis, quando poderiam ter servido eficazmente ao engrandecimento da nação. Neste sentido conclui:

²¹ A. Cavalcanti. *A vida econômica e financeira do Brasil*, p. 13

²² *Ibidem*, p. 19

"Quem há ahi que ignore, que os governos desprezavam as propostas de maior vantagem para os cofres publicos, os planos mais de accordo com as necessidades das populações e das industrias, para muitas vezes, attender, só e somente, à satisfação dos mesquinhos empenhos da política?!" (p.181)

III - Considerações finais

De modo geral, procuramos neste artigo mostrar, ainda que de forma incipiente, o pensamento de Amaro Cavalcanti. Procuramos ressaltar os traços do pensamento industrialista expressos nas suas idéias de defesa da indústria nacional, com a participação do Estado garantindo as condições necessárias para o progresso dessas indústrias e, conseqüentemente, da nação.

Evidentemente, trata-se de uma pequena nota sobre seu pensamento, servindo-nos apenas como uma introdução, pois, muito ainda há que ser investigado nas diversas obras que ele escreveu e que certamente nos elucidarão muitas dúvidas e desvendarão as idéias deste brasileiro, um tanto esquecido em nossa história.

Convém ressaltar, que essa investigação é o objeto de estudo de minha dissertação de Mestrado que tem por objetivo investigar o pensamento industrialista de Amaro Cavalcanti.

Bibliografia

- CARONE, Edgar. *O pensamento industrial no Brasil - 1880-1945*. São Paulo: Difel, 1977
- CAVALCANTI, Amaro. A vida econômica e financeira do Brasil, (1914) in: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920, vol. XXXVIII, p.12 a34.
- CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional (1808-1835)*. Tomo1, Editora Universidade De Brasilia, 1983, (Coleção Temas Brasileiros, vol. 53)
- CAVALCANTI, Amaro. *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 2ª. ed., 1978.
- VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário Bio-Bibliográfico Brasileiro*. Vol. I, Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas Irmãos Pongetti, 1937.
- VIEIRA, Dorival Teixeira, *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. São Paulo, FEA/USP, Boletim n. 16, Cadeira n. XX, 1960.